

**22. PROPOSTA DAS MINUTAS DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E AS JUNTAS DE FREGUESIA INTERESSADAS PARA O FORNECIMENTO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES ÀS CRIANÇAS DO PRÉ-ESCOLAR E AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO BEM COMO PARA AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR:**

Da Srª Vereadora da Área da Educação submetendo à consideração do Executivo municipal proposta relativa aos contratos interadministrativos, que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao Livro de Atas depois de rubricada por todos os membros presentes.

*Às Excm<sup>as</sup>  
Municipal.*

*16.06.15*



## **PROPOSTA**

O Município de Braga tem uma política assente na construção de uma escola inclusiva.

Neste contexto, a Ação Social Escolar constitui uma ferramenta essencial na construção de políticas que favoreçam a igualdade educativa.

Assim, o Município de Braga entende que o apoio à família e às atividades de animação dirigidas às crianças do pré-escolar, assim como as refeições escolares para o pré-escolar e o 1.º ciclo, são desenvolvidas de forma mais eficiente por aqueles que se encontram mais próximos.

A Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, no seu artigo 120.º, dispõe que a delegação de competências se concretiza através da celebração de Contratos Interadministrativos, sob pena de nulidade.

Considerando os interesses das populações e as normas legais, torna-se fundamental celebrar Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, entre o Município e as Juntas de Freguesia interessadas para o fornecimento das refeições escolares às crianças do pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Igual, sucede para as atividades de animação e apoio à família da educação pré-escolar.

Nestes termos propõe-se a submissão das minutas dos Contratos Interadministrativos, em anexo, à reunião do Executivo Municipal.

Braga, 14 de junho de 2016,

A Vereadora da Educação



(Lídia Brás Dias)

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA  
FREGUESIA DE .....**

**PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público n.º 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE** \_\_\_\_\_, titular do Cartão de Cidadão n.º \_\_\_\_\_, emitido \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_, em representação da **FREGUESIA DE** \_\_\_\_\_, na qualidade de Presidente da respetiva Junta de Freguesia, com sede na \_\_\_\_\_, da referida freguesia da \_\_\_\_\_, pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_, adiante designada abreviadamente por **FREGUESIA**. -----

Considerando que: -----

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

2 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;-----

3 - A responsabilidade do Estado pela prestação dos apoios no âmbito da ação social escolar, designadamente, no fornecimento de refeições escolares aos alunos do Pré-Escolar, é partilhada entre a administração central e os municípios, nos termos do DL n.º 55/2009, de 2 de março, do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho e do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares às

crianças do Pré-Escolar, aprovado pelo Despacho n.º 18987/2009, publicado na 2.ª série, do Diário da República n.º 158, de 17 de agosto e da Atividade de Animação e Apoio à Família, conforme Dec. Lei n.º 147/97 de 11 de Junho; -----

4 - Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações; -----

5 - A prática seguida pelo **MUNICÍPIO** tem vindo a demonstrar que determinadas competências ficam melhor acauteladas se delegadas na freguesia, em virtude da proximidade da população, maior conhecimento das suas necessidades, com garantia de maior racionalização dos recursos; -----

6 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal; -----

7 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Junta de Freguesia de ..... o presente contrato de delegação de competências.-----

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei n.º 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de \_\_\_\_\_, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ e pela Assembleia de Freguesia de \_\_\_\_\_ em sessão de \_\_\_\_\_, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de \_\_\_\_\_; -----

## **Cláusula 1.ª**

### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício da competência a que se refere a alínea e), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na **FREGUESIA** de \_\_\_\_\_, concretamente, o fornecimento de refeições escolares e atividades de animação e apoio à família às crianças do Jardim de Infância \_\_\_\_\_ e o estabelecimento dos termos e condições em que se irá processar o referido fornecimento e acompanhamento.

## **Cláusula 2.ª**

### **Obrigações da Junta de Freguesia**

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Fornecer diariamente e durante o ano letivo de 2016/2017, refeições a \_\_\_\_ alunos, confeccionadas/fornecidas na \_\_\_\_\_ cuja seleção é da sua responsabilidade;
- b) Servir e acompanhar as refeições no horário compreendido entre as 12h00 e as 14h00;
- c) Informar mensalmente a Câmara Municipal de Braga sobre o número total de refeições servidas, a identificação da criança e do respetivo escalão, bem como o número de crianças a frequentarem a animação sócio educativa;

2. A prestação deve ser executada em conformidade com todas as cláusulas contratuais e demais legislação aplicável designadamente no que se refere aos princípios e normas gerais da legislação alimentar, às regras de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios e às normas relativas à implementação do HACCP, de acordo com o previsto no Regulamento (CE) nº 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril e Regulamento (CE) nº 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro.

3. Na composição da refeição deverão ser observadas as regras de uma alimentação saudável, equilibrada e variada, de acordo com a Circular n.º 3/DSEEDS/DGE/2013;

4. O fornecimento está sujeito a operações de verificação quantitativa, qualitativa e de distribuição.

5. O transporte das refeições será da responsabilidade da Junta de Freguesia e deverá ser efetuado a expensas da mesma, nas melhores condições de higiene e segurança e de acordo com a lei em vigor, garantindo a salubridade dos produtos a transportar;
6. É da responsabilidade da Junta de Freguesia a reparação dos danos e prejuízos eventualmente causados, em caso de intoxicação alimentar;
7. O pessoal afeto ao refeitório é responsável pelo cumprimento das regras de higiene individual no decorrer de todas as operações inerentes à sua atividade e deve apresentar-se fardado, de acordo com as exigências previstas na legislação aplicável.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Obrigações do Município de Braga**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

1. Exercer controlo direto da gestão do fornecimento de refeições escolares e da componente sócio educativa;
2. Acompanhar localmente o funcionamento do serviço de fornecimento das refeições escolares e das atividades de animação e apoio à família;
3. Fiscalizar o cumprimento das normas do presente contrato.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Competências**

1. Ao Diretor pedagógico compete nomeadamente:
  - a) Coordenar o Projeto Educativo do estabelecimento de Educação Pré-Escolar, bem como as atividades de animação e apoio à família;
  - b) Coordenar a atividade educativa, garantindo designadamente, a execução das orientações curriculares, bem como as atividades de animação e apoio à família.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Recursos financeiros**

1. O Município de Braga compromete-se a efetuar o pagamento das refeições fornecidas e das atividades de animação e apoio à família às crianças protocoladas, conforme os valores a definir pelo Ministério.

2. Para tal, a **FREGUESIA** terá que enviar ao **MUNICÍPIO**, o mapa de refeições fornecidas, os escalões de ação social escolar atribuídos e o mapa das crianças com atividades de animação e apoio à família, até ao dia 8 de cada mês;

3. A falta de envio do documento referido em 2 implica o não pagamento das refeições, bem como das atividades de animação e apoio à família, desse mês.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não se considerar necessário.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Prazo do contrato**

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com o ano letivo 2016/2017, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 14.ª e 15.ª.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Execução e Avaliação do Contrato**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1. O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.
2. As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Modificação do contrato**

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Suspensão do contrato**

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
  - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;



b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) e e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Revogação**

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2. A revogação obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 17.ª**  
**Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

**Cláusula 18.ª**  
**Publicidade**

Ambos os outorgantes deverão publicitar, devidamente, este contrato, nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

**Cláusula 19.ª**  
**Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pela proposta de cabimento n.º \_\_\_\_\_.

**Cláusula 20.ª**  
**Disposições legais aplicáveis**

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão:

- a) o respetivo clausulado;
- b) a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
- b) O Código do Procedimento Administrativo. ....

**Arquiva-se no maço de documentos:** a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso. ....

**Pelo segundo outorgante foram exibidas:**.....

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em \_\_\_\_\_ de fevereiro de 2015 pelo \_\_\_\_\_ Serviço de Finanças de Braga; b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em \_\_\_\_\_ de fevereiro de 2015. ....

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes. ....

Braga, de.....de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

O Presidente da Junta de Freguesia de

---

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA  
FREGUESIA DE .....**

**PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE** \_\_\_\_\_, titular do Cartão de Cidadão nº \_\_\_\_\_, emitido \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_, em representação da **FREGUESIA DE** \_\_\_\_\_, na qualidade de Presidente da respetiva Junta de Freguesia, com sede na \_\_\_\_\_, da referida freguesia da \_\_\_\_\_, pessoa coletiva nº \_\_\_\_\_, adiante designada abreviadamente por **FREGUESIA**. -----

Considerando que: -----

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----
2. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;-----
3. A responsabilidade do Estado pela prestação dos apoios no âmbito da ação social escolar, designadamente, no fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, é partilhada entre a administração central e os municípios, nos termos do DL n.º 55/2009, de 2 de março, do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho e do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições

Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovado pelo Despacho n.º 18987/2009, publicado na 2.ª série, do Diário da República n.º 158, de 17 de agosto; -----

4. Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações; -----

5. A prática seguida pelo **MUNICÍPIO** tem vindo a demonstrar que determinadas competências ficam melhor acauteladas se delegadas na freguesia, em virtude da proximidade da população, maior conhecimento das suas necessidades, com garantia de maior racionalização dos recursos; -----

6. Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, espeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal; -----

7. Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Junta de Freguesia de ..... o presente contrato de delegação de competência -----

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de \_\_\_\_\_, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ e pela Assembleia de Freguesia de \_\_\_\_\_ em sessão de \_\_\_\_\_, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de \_\_\_\_\_; --

## Cláusula 1ª

### Objeto

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício da competência a que se refere a alínea e), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na **FREGUESIA** de \_\_\_\_\_, concretamente, o fornecimento de refeições escolares aos alunos das Escolas \_\_\_\_\_ e o estabelecimento dos termos e condições em que se irá processar o referido fornecimento.

## **Cláusula 2ª**

### **Obrigações da Junta de Freguesia**

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Fornecer diariamente e durante o ano letivo de 2016/2017, refeições a \_\_\_\_ alunos, confeccionadas/fornecidas na \_\_\_\_\_ cuja seleção é da sua responsabilidade;
- b) Servir e acompanhar as refeições no horário compreendido entre as 12h00 e as 14h00;
- c) Informar mensalmente a Câmara Municipal de Braga sobre o número total de refeições servidas, bem como a identificação do aluno e do escalão respetivo.

2. A prestação deve ser executada em conformidade com todas as cláusulas contratuais e demais legislação aplicável designadamente no que se refere aos princípios e normas gerais da legislação alimentar, às regras de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios e às normas relativas à implementação do HACCP, de acordo com o previsto no Regulamento (CE) nº 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril e Regulamento (CE) nº 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro.

3. Na composição da refeição deverão ser observadas as regras de uma alimentação saudável, equilibrada e variada, de acordo com a Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013.

4. O fornecimento está sujeito a operações de verificação quantitativa, qualitativa e de distribuição.

5. O transporte das refeições será da responsabilidade da Junta de Freguesia e deverá ser efetuado a expensas da mesma, nas melhores condições de higiene e segurança e de acordo com a lei em vigor, garantindo a salubridade dos produtos a transportar.

6. É da responsabilidade da Junta de Freguesia a reparação dos danos e prejuízos eventualmente causados, em caso de intoxicação alimentar.

7. O pessoal afeto ao refeitório é responsável pelo cumprimento das regras de higiene individual no decorrer de todas as operações inerentes à sua atividade e deve apresentar-se fardado, de acordo com as exigências previstas na legislação aplicável.

### **Cláusula 3ª**

#### **Obrigações do Município de Braga**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Exercer controlo direto da gestão do fornecimento de refeições escolares;
- b) Acompanhar localmente o funcionamento do serviço de fornecimento das refeições escolares;
- c) Fiscalizar o cumprimento das normas do presente contrato.

### **Cláusula 4ª**

#### **Recursos financeiros**

1. O Município de Braga compromete-se a efetuar o pagamento das refeições fornecidas, aos alunos protocolados.
2. Para tal, a **FREGUESIA** terá que enviar ao **MUNICÍPIO**, o mapa de refeições fornecidas e dos escalões de ação social escolar atribuídos, até ao dia 8 de cada mês.
3. Por seu turno, a **FREGUESIA** \_\_\_\_\_ compromete-se a cobrar €1,46 (um euro e quarenta e seis cêntimos) por cada refeição servida, conforme o n.º 3, do artigo 4º do Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto.
4. A falta de envio do documento referido em 2, implica o não pagamento das refeições desse mês.

### **Cláusula 5ª**

#### **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não se considerar necessário.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 7ª**

##### **Prazo do contrato**

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com o ano letivo 2016/2017, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 14º e 15º.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Execução e Avaliação do Contrato**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1. O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.



2. As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Modificação do contrato**

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Suspensão do contrato**

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) e e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Revogação**

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2. A revogação obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Publicidade**

Ambos os outorgantes deverão publicitar, devidamente, este contrato, nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

#### **Cláusula 19ª**

##### **Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada em orçamento. -----

#### **Cláusula 20ª**

##### **Disposições legais aplicáveis**

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão:

- a) o respetivo clausulado
- b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III
- b) O Código do Procedimento Administrativo. -----

**Arquiva-se no maço de documentos:** a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso. -----

**Pelo segundo outorgante foram exibidas:**-----

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ pelo \_\_\_\_\_ Serviço de Finanças de Braga; b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a



Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, de.....de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

O Presidente da Junta de Freguesia de

---